

É o início do fim dos direitos trabalhistas

Os trabalhadores brasileiros vêm sofrendo com a retirada de direitos garantidos há pelo menos sete décadas. A reforma trabalhista quer acabar com as férias remuneradas, as flexibilizações da jornada de trabalho e o 13º salário. Já a reforma na previdência, quer aumentar ainda mais a idade para que os trabalhadores conquistem a aposentadoria.

No Congresso Nacional, são diversos projetos que afetam a vida dos brasileiros, entre eles, o mais noticiado nas últimas semanas é a PEC 241, aprovada pela Câmara dos Deputados e que agora tramita no Senado como PEC 55.

Mas será que todo mundo sabe o que é? O que esta Proposta de Emenda à Constituição

pode significar para o Brasil, para a sociedade, para a classe trabalhadora?

O retrocesso é imenso e as perdas também, já que ficarão congelados por 20 anos os investimentos em serviços públicos essenciais à população, especialmente nas áreas de Saúde (Sistema Único de Saúde) e Educação (pública e gratuita), até o não reajuste do Salário Mínimo, que atinge especialmente os aposentados.

A coisa é tão complicada e perigosa que as possíveis mudanças propostas ganharam o apelido de **"PEC do Fim do Mundo"**. O nome faz todo o sentido, porque pode ser o fim das conquistas sociais e trabalhistas construídas ao longo de décadas pelos brasileiros.



Se a PEC 55 estivesse em vigor desde 2006, o orçamento da Saúde que hoje é de R\$ 102 bilhões, despencaria para R\$ 65 bilhões em 2016.



Se a PEC 55 estivesse valendo desde 2006, o investimento da Educação que é de R\$103 bilhões, seria apenas de R\$ 31 bilhões agora em 2016.



Se a PEC 55 estivesse em vigor, o salário mínimo cairia de R\$ 880,00 para R\$ 550,00 neste ano.



Terceirização é outra ameaça aos trabalhadores

A flexibilização das leis trabalhistas também é outra ameaça aos trabalhadores e que retira direitos garantidos e conquistados pela classe trabalhadora desde a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), implementada há 73 anos, como FGTS, férias, 13ª salário, PLR, entre outros. Um dos pontos de maior pressão é a terceirização, que irá beneficiar diretamente os patrões, precarizando as relações de trabalho.

No Senado, está em tramitação o PLC 30 em que prevê a terceirização da atividade-fim nas empresas, permitindo a contratação com salários mais baixos, condições precárias de trabalho e sem nenhum direito trabalhista. Mas o Supremo Tribunal Federal pode decidir de vez sobre o assunto. Se os ministros votarem a favor da terceirização, cairá a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, hoje o único instrumento que protege a classe trabalhadora da precarização do emprego por meio da terceirização fraudulenta.



Reforma da Previdência também ataca direitos

A reforma da Previdência é outro ponto que vai punir quem mais contribuiu com o benefício, garantindo aposentadoria somente a partir dos 65 anos, tanto para homens como mulheres. É importante destacar que a Constituição Federal prevê que a Previdência é parte de um sistema amplo, a Seguridade Social – que além das aposentadorias inclui outro importante programa que também está ameaçado: o SUS – Sistema Único de Saúde.

A ameaça também vem do STF

Os ministros do Supremo Tribunal Federal também estão atacando e retirando direitos dos trabalhadores brasileiros. A começar pela ilegalidade da desaposentação, em que os brasileiros aposentados que continuam trabalhando e contribuindo para o INSS não poderão ter o valor do benefício alterado. Outra apunhalada da justiça foi a validação do corte de ponto de servidores públicos grevistas. Com isso, a remuneração deve ser suspensa imediatamente após a decretação da greve.



EXPEDIENTE

Publicação da
Contraf-CUT E SEEB-CG-MS

EDVALDO BARROS
presidente

JOSÉ DOS SANTOS BRITO
secretário de Imprensa e Comunicação

REDAÇÃO

Imprensa Contraf-CUT
Assessoria SEEB-CG

E-mail: imprensa@sindicario.com.br
Site: www.sindicario.com.br